



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

31/07/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
1.3. CORREGEDOR.....	4
1.4. DESEMBARGADORES.....	5
1.5. JUÍZES.....	6
1.6. SERVIDORES.....	7
1.7. TURMAS RECURSAIS.....	8
1.8. VARAS CRIMINAIS.....	9
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	10
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. CORREGEDOR.....	11
3.2. DECISÕES.....	12 - 13
3.3. DESEMBARGADORES.....	14
3.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	15 - 16
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	17
4.2. DESEMBARGADORES.....	18 - 22
4.3. VARAS CRIMINAIS.....	23
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DESEMBARGADORES.....	24
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DESEMBARGADORES.....	25
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DESEMBARGADORES.....	26 - 28
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	29 - 30
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CORREGEDOR.....	31
9.2. DESEMBARGADORES.....	32
9.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	33
9.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	34

TJMA AMPLIA COMPLEXO DE EDIFICAÇÕES DO JUDICIÁRIO



Dando continuidade ao plano de ampliação da infraestrutura física do Judiciário, visando garantir condições de atendimento adequadas à população, o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) efetuou a compra de um prédio localizado em frente à sede oficial da Corte, na Praça Pedro II, nº221 (Centro Histórico).

O imóvel – que custou R\$ 1,2 milhão – abrigará unidades administrativas e de prestação jurisdicional que serão remanejadas do prédio-sede para as novas instalações. Ele foi adquirido com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (FERJ), após análise técnica e negociação das diretorias Financeira e de Engenharia do TJMA.

TJMA ADQUIRE PRÉDIO E AMPLIA COMPLEXO DE EDIFICAÇÕES DO JUDICIÁRIO

Dando continuidade ao plano de ampliação da infraestrutura física do Judiciário, visando garantir condições de atendimento adequadas à população, o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) efetuou a compra de um prédio localizado em frente à sede oficial da Corte, na Praça Pedro II, nº221 (Centro Histórico).

CASAMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO LUÍS: NUBENTES TÊM CINCO DIAS PARA REGULARIZAR PENDÊNCIAS

Os casais inscritos para o casamento comunitário que a Corregedoria Geral da Justiça promove no dia 14 de setembro e que possuem alguma pendência relativa à documentação (assinatura do livro, certidão de nascimento, certidão de averbação de divórcio e outras) têm o prazo de cinco dias úteis para regularizar a pendência. O prazo tem início amanhã, 31 de agosto.

Segundo a Coordenadoria das Serventias, à frente das inscrições, todos os processos relativos ao casamento já foram enviados às cinco Zonas de Registro Civil da capital, para onde os nubentes com pendência devem se dirigir. Para saber à qual zona deve comparecer, os noivos podem ligar para o telefone (98) 3198-4615.

Endereço das Zonas de Registro Civil:

1º Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais: Rua de Santa Rita (ao lado da Praça da Misericórdia), Centro

2º Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais: Rua das Hortas, Centro

3º Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais: Av. João Pessoa, 261, João Paulo

4º Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais: Av. Jerônimo de Albuquerque, Centro Comercial São Luís, Cohab-Anil

5º Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais: Rua Ribeiro Amaral, nº 08, São Francisco

DESEMBARGADORES E REPRESENTANTES DA SES DEBATEM SITUAÇÃO DE PRESOS COM TRANSTORNOS MENTAIS

A complicada situação dos presos com transtornos mentais em tratamento na Clínica Nina Rodrigues foi tema de conversa nessa segunda-feira (29), entre o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, o Des. Fróz Sobrinho, presidente da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, o secretário-adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, José Márcio Leite, o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz, o coordenador Executivo da Unidade de Monitoramento do TJMA, Ariston Apoliano, e o assessor Jurídico da SES, Aurélio Azevedo.

De acordo com o secretário-adjunto José Leite e o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz, muitos dos presos que estão na clínica estão com a documentação incompleta. "Precisamos das guias de internação, dos documentos que são necessários para que eles tenha o tratamento, por tempo determinado e, depois disso, a Justiça determinar para onde ele irá", argumentou Ruy Cruz ao corregedor Cleones Cunha.

PRODUTIVIDADE DOS DESEMBARGADORES DO TJMA CRESCE 6,36% EM SEIS MESES

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançaram 6,36% na produção de julgados nos primeiros seis meses de 2013, apesar do crescimento da demanda processual, que atingiu o percentual de 24% no período. Os dados são da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Judiciário (AGEM).

As estatísticas indicam que houve um aumento de mais de 630 processos julgados em relação a 2012. No primeiro semestre daquele ano, o Tribunal recebeu 9.094 processos e julgou 9.218. Em 2013, entraram 11.279 e foram julgados 9.850.

Estado terá que instalar defensoria pública em Cantanhede

O juiz Frederico Feitosa, titular de Cantanhede, proferiu nessa segunda-feira (29), uma decisão liminar na qual obriga o Estado do Maranhão a instalar defensoria pública na comarca. Na Ação Civil Pública, o Ministério Público alega a falta de defensores públicos em Cantanhede desde quando a comarca foi instalada, em 1994.

O MP alega, ainda, que a Defensoria Pública do Estado concentra os defensores nos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano mais alto, deixando de lado os municípios mais pobres

do Maranhão. “A inércia do Estado do Maranhão em cumprir sua obrigação com órgão de defensoria pública nesta comarca demonstra desrespeito ao direito constitucional dos cidadãos ao mais amplo acesso à Justiça”, destacou o magistrado na decisão.

Na decisão, Frederico Feitosa destaca que outros municípios com IDH semelhante possuem defensoria pública. “O Estado deve sim cumprir com sua obrigação. Não cabe mais o discurso uniforme de que faltam recursos públicos, resultando

na falta de cumprimento de obrigações constitucionais por parte do Estado”.

E continua: “Em contrapartida, a corda arrebenta do lado mais fraco, que é o povo que sofre, que fica impossibilitado de ter acesso à justiça, pela ausência de defesa qualificada, por falta de orientação jurídica”.

O magistrado cita que o Supremo Tribunal Federal já verificou a omissão governamental e conferiu real efetividade a direitos essenciais, dando-lhes concreção e viabilizando, desse modo, o acesso das

pessoas à plena fruição de direitos fundamentais cuja realização prática estava sendo-lhes negada, por arbitrária abstenção do poder público.

Frente às condições, o juiz acolheu o pedido do MP e deferiu liminar, na qual condena o Estado do Maranhão, na figura do defensor-público-geral, a instalar, estruturar e manter, no prazo de seis meses, uma unidade da Defensoria Pública exclusiva para a comarca. A multa imposta em caso de desobediência é de R\$ 5 mil por dia.

PROPOSTAS PARA A GPJ-2014 DEVEM SER APRESENTADAS ATÉ ESTA QUARTA (31)

A Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade (CAAP) informa às unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que encerra-se, nesta quarta-feira (31), o prazo para recebimento de propostas de alteração e/ou inclusão de metas na Gratificação por Produtividade Judiciária para o próximo ano.

TURMA RECURSAL DE PRESIDENTE DUTRA JULGA MAIS DE 130 RECURSOS DE DPVAT

Um total de 135 recursos de DPVAT julgados. Esse foi o resultado da primeira reunião da Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Presidente Dutra, realizada nessa segunda-feira (29), às 15h, no fórum da unidade. Sob o comando do juiz Ferdinando Marco Serejo (presidente da TRCC), a reunião contou com a participação dos juizes Marcelo Oka (1º Vara de Colinas) e João Pereira Neto (2º Vara de Barra do Corda), os dois magistrados membros efetivos da Turma.

SÃO LUÍS: JÚRI POPULAR TERÁ 70 ACUSADOS EM AGOSTO

Com exceção dos fins de semana, no mês de agosto de 2013 haverá júri popular todos os dias no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Serão julgados 70 acusados de homicídio ou tentativa de homicídio. Os julgamentos ocorrerão nas quatro salas de sessões do Tribunal do Júri, localizadas no 1º andar do fórum, começando sempre às 8h30.

Soltura de ex-vereador de Paço do Lumiar pode abrir crise

A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia Almeida Rocha, impetrou, na semana passada, Mandado de Segurança contra a ordem judicial do desembargador Jaime Ferreira de Araújo, que determinou a soltura do ex-vereador de Paço do Lumiar, Édson Arouche Júnior, o “Júnior do Mojó”, acusado pela morte do empresário Marggion Lanyer Ferreira Andrade, ocorrida em outubro de 2011, em um terreno no Araçagi, em São José de Ribamar. O Mandado de Segurança foi distribuído para o desembargador Kleber Carvalho Costa.

No dia 19 de julho, Jaime Ferreira, na qualidade de plantonista substituto, concedeu habeas corpus em favor do acusado, com o argumento de que não há elementos que justifiquem a prisão ou comprovem que Mojó estaria agindo para dificultar o trabalho da Justiça.

No Mandado de Segurança, a procuradora-geral de Justiça refuta as razões utilizadas pelo desembargador para conceder a liminar, apontando que Júnior do Mojó, logo ao saber da decretação de sua prisão, fugiu de São Luís e permaneceu foragido por muito tempo, até que a ordem de prisão fosse cumprida.

O Ministério Público sustenta ainda que existem moti-

vos para a manutenção da prisão preventiva, especialmente pela gravidade do crime: homicídio qualificado; pela repercussão social dos fatos, considerando que Júnior do Mojó exercia grande influência no meio, por ocupar mandato de vereador na época do crime; e por garantia de aplicação da lei penal, em razão do risco de fuga do acusado.

“A decisão causou tumulto ao processo penal ao determinar a liberdade do acusado e, por consequência, causou relevante abalo à ordem pública em virtude da elevada periculosidade do mesmo”, declarou, no mandado, Regina Rocha.

Anteriormente, o Tribunal de Justiça já tinha negado, por unanimidade, habeas corpus ao acusado, de acordo com parecer do Ministério Público. Na ocasião, a Segunda Câmara Criminal do TJ, autora da decisão, desconsiderou os mesmos argumentos utilizados pelo desembargador Jaime Araújo e ressaltou a necessidade da prisão preventiva de Júnior do Mojó. “Assim o eminente desembargador desprestigiou o entendimento sufragado, por unanimidade, pelos integrantes da Segunda Câmara Criminal, violando o princípio da colegialidade”, afirmou, no documento, a procuradora-geral de justiça.

Situação de presos com problemas mentais é debatido em reunião

A complicada situação dos presos com transtornos mentais em tratamento na Clínica Nina Rodrigues foi tema de conversa na última segunda-feira (29), entre o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha, o Des. Fróz Sobrinho, presidente da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, o secretário-adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, José Márcio Leite, o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz, o coordenador Executivo da Unidade de Monitoramento do TJMA, Ariston Apoliano, e o assessor Jurídico da SES, Aurélio Azevedo.

De acordo com o secretário-adjunto José Leite e o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz, muitos dos presos que estão na clínica estão com a documentação incompleta. "Precisamos das guias de internação, dos documentos que são necessários para que eles tenham o tratamento, por tempo determinado e, depois disso, a Justiça determinar para onde ele irá", argumentou Ruy Cruz ao corregedor Cleones Cunha.

"Essa questão da guia de

internação e da documentação já foi recomendada aos magistrados em ofícios assinados por mim! Farei essa recomendação novamente e caso isso continue a ocorrer, teremos que tomar medidas de punição", declarou o corregedor Cleones Cunha, cuja decisão foi apoiada pelo desembargador Fróz Sobrinho. "A Unidade de Monitoramento Carcerário já se adiantou e fez o levantamento dos processos, dos casos dos presos que estão no Nina Rodrigues para que possamos cobrar essa documentação", completou o desembargador, ressaltando a importância de uma comunicação mais efetiva entre a diretoria da Clínica Nina Rodrigues e a Unidade de Monitoramento Carcerário.

Problema social - Para o corregedor, a situação complicada é um problema social. "Temos um problema social sério. Os doentes mentais que praticam os atos criminosos não podem ficar nos presídios e o Estado tem que assumir a responsabilidade na internação. O Nina Rodrigues não é específico para isso, mas tem que assumir



Reunião debateu sobre a situação dos presos

porque é a única estrutura existente no Maranhão", afirmou o Des. Cleones Cunha.

Segundo ele e o desembargador Fróz Sobrinho, deveria haver cobrança dos executivos municipais na estruturação dos CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial, que poderiam dar continuidade e acompanhamento aos doentes mentais que cometeram crimes. "Essa estrutura precisa dar conta do atendimento aos doentes mentais após a internação", ressaltou o corregedor.

O secretário-adjunto da SES, José Márcio Leite, informou os desembargadores que um espaço amplo que ampliará em 40 leitos, aproximadamente, a capacidade do Nina Rodrigues, que deverá ser específico para o atendimento aos doentes mentais encaminhados pela Justiça Criminal. Além disso, a SES está se preparando para assumir a coordenação do posto de saúde da Penitenciária de Pedrinhas. "Com isso, podemos melhorar muito assistência aos apenados com transtornos mentais", disse.

GERAL

DEFENSORIA OBTÉM SUSPENSÃO DE ORDEM DE DESPEJO

*A Defensoria Pública do Estado (DPE), através do Núcleo de Moradia, obteve, esta semana, a suspensão do despejo de dezenas de famílias do Residencial Renascer, na região da Vila Cafeteira, no município de Paço do Lumiar. **PAG.05***

VILA CAFETEIRA

Defensoria obtém suspensão de ordem de despejo

A Defensoria Pública do Estado (DPE), através do Núcleo de Moradia, obteve, esta semana, a suspensão do despejo de dezenas de famílias do Residencial Renascer, na região da Vila Cafeteira, no município de Paço do Lumiar.

A operação de reintegração de posse, marcada para hoje deixará de ocorrer por decisão liminar concedida

pelo desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, em ação de mandado de segurança impetrada por moradores da localidade contra ato da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Jaqueline Caracas.

Na ação, a DPE pede, como medida liminar, a suspensão do processo e a declaração da nulidade de todos os atos judiciais praticados pela magistra-

da, após a morte do autor do pedido de reintegração de posse, ocorrida em agosto do ano passado. Segundo a defesa dos moradores, depois do falecimento, o processo deveria permanecer suspenso, enquanto não habilitados os herdeiros, mas, no entanto, foram praticados atos, inclusive em nome do falecido, por meio de seu advogado.

No mérito, a Defensoria requer a extinção do processo da reintegração de posse, pois, embora intimado em abril deste ano, o advogado do falecido, até então, não habilitou os herdeiros.

Acompanham o caso os defensores públicos Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia, e Marta Xavier, do Núcleo Regional de Paço do Lumiar.

Desembargadores aumentam a produtividade em 6,36%

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançaram 6,36% na produção de julgados nos primeiros seis meses de 2013, apesar do crescimento da demanda processual, que atingiu o percentual de 24% no período. Os dados são da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Judiciário (AGEM).

As estatísticas indicam que houve um aumento de mais de 630 processos julgados em relação a 2012. No primeiro semestre daquele ano, o Tribunal recebeu 9.094 processos e julgou 9.218. Em 2013, entraram 11.279 e foram julgados 9.850.

Para o coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE), juiz Paulo de Assis Ribeiro, a produtividade dos desembargadores é considerável, comparada à progressão "alarmante" da demanda que, segundo as estatísticas, praticamente dobra a cada quatro anos.

"A esfera do Judiciário manteve-se produtiva como um todo, pois essa grande massa de processos é oriunda de ações do 1º grau, traduzindo sua maior movimentação. Aliada ao crescente número de julgados no 2º grau representa uma resposta positiva em relação ao aumento do fluxo de processos", afirma Assis.

Para o juiz, a produtividade deste ano foi prejudicada pelo não provimento da vaga de desembargador na 5ª Câmara Cível, que aguarda a indicação de candidatos à vaga do quinto constitucional pela Seccional da OAB. Segundo ele, a falta de um desembargador tem prejudicado a produtividade, tanto que a mencionada câmara teve uma

diferença de um terço em relação à produtividade das demais.

A previsão é de que até o fim do ano o aumento na distribuição chegue a 30%, o que corresponde a mais de um terço em relação ao ano passado.

"Somos eficientes e efetivos, mas o crescimento da distribuição está sufocando. Quanto mais se trabalha, mais trabalho se tem. Não sei de outro tribunal que tenha um acréscimo tão grande, em tão pouco tempo", comenta o magistrado.

O aumento na distribuição preocupa a gestão do TJMA, a ponto de a presidência planejar a adoção de medidas para fazer frente ao crescimento da demanda, com o mesmo número de desembargadores de que dispões atualmente - 26.

A criação de uma Câmara de Direito Público está nos planos do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, para incrementar os resultados dos julgamentos.

"Temos o terceiro maior número de julgamento de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, entre os tribunais estaduais e o do Distrito Federal", afirma o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior.

Os dados constam em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes à Meta 18 do Judiciário, que tem como objetivo identificar e julgar - até 31 de dezembro de 2013 - as ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

São Luís terá uma Associação de Assistência aos Condenados



A primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de São Luís será instalada em agosto. O anúncio foi feito pelo secretário-adjunto de Justiça da (Sejap, José Ribamar Cardoso Lima, durante abertura do curso sobre o método Apac, ontem. PAG.05

São Luís terá uma Associação de Assistência aos Condenados

A primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de São Luís será instalada em agosto. O anúncio foi feito pelo secretário-adjunto de Justiça da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), José Ribamar Cardoso Lima, durante abertura do curso sobre o método Apac, ontem. A Apac funcionará no prédio da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), no bairro Monte Castelo.

O curso sobre o método Apac, destinado a presos, em regime semiaberto, da Penitenciária de Pedrinhas, termina nesta quarta-feira (31). De acordo com o adjunto de Justiça, a proposta é esclarecer aos reeducandos os direitos e deveres deles dentro do novo regime. "É um curso completo sobre a Apac". A estimativa é que aproximadamente 120 internos da unidade sejam transferidos para a Apac do Monte Castelo.

O juiz da 1º Vara de Execuções Penais (VEP), Roberto Oli-

veira de Paula, explicou que a primeira Apac de São Luís e para medida de prisão domiciliar aplicada a 91 detentos que, antes, cumpriam pena na UPR do Monte Castelo. "Precisamos criar alternativas de espaços e essa decisão contemplará apenas os apenados com bom comportamento".

Os recuperandos serão acompanhados pela equipe de monitoramento da Sejap e pela Polícia Civil. O presidente da Apac de São Luís, Don Xavier, destacou que as estatísticas mostram que o método Apac é o melhor que existe na recuperação de apenados.

Diminuição da reincidência - Já há Apacs funcionando nos municípios de Timon e Caxias, todas com foco na ressocialização. Dados recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que a Apac tem contribuído para a redução da reincidência criminal no Brasil. "Nos lugares onde há o método, a reincidência criminal diminuiu", comentou Ribamar Cardoso.

Apac é uma entidade civil de



José Ribamar Cardoso Lima, anuncia instalação de Apac em SL

direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Opera como entidade auxiliar na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto. A metodologia Apac fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envol-

vimento da família do sentenciado.

Neste método, obrigatoriamente, todos têm trabalho e educação, aproximação com a família e com a sociedade, e estímulo à valorização da autoestima. Em caso de fuga, todos são penalizados com a perda do direito ao lazer por um mês. Quem fugir ou tentar fugir voltará a cumprir pena no sistema penitenciário comum. Assim, os presos se auxiliam a aceitar com resignação o cumprimento da pena.

Rápida

Casamento

Os casais inscritos para o casamento comunitário que a Corregedoria Geral da Justiça promove no dia 14 de setembro e que têm alguma pendência relativa à documentação (assinatura do

livro, certidão de nascimento, certidão de averbação de divórcio e outras) têm o prazo de cinco dias úteis para regularizar a pendência. O prazo tem início amanhã, 31 de julho.

EMAIS

- **A única** mulher a concorrer à lista da OAB para desembargador, Ana Cristina Brandão Feitosa, deu o seu recado, mas o Conselho não lhe deu a chance.
- **Durou cinco** horas e meia a reunião em que o Conselho Seccional da OAB definiu os seis candidatos à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça.
- **Surpreendeu o** prestígio do advogado Ricardo Duailibe, que recebeu os votos de 31 dos 33 conselheiros aptos a votar na escolha da lista.
- **Também o** advogado José Cláudio Pavão Santana, que já foi procurador-geral do Estado, mostrou prestígio ao receber 26 dos 33 votos.
- **Resta agora** conhecer o cacife de cada um no Pleno do TJ, que escolherá a lista tríplice a ser encaminhada à governadora Roseana Sarney.

Quem será?

Saiu a lista sêxtupla da OAB para a escolha do desembargador para a nova cadeira do Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça.

Ricardo Duailibe (31 votos), José Cláudio Pavão Santana (26), José Magno Moraes de Sousa (23) Gilson Ramalho (22), Riod Barbosa (22) e Daniel Leite (20).

Para quem conhece o meio, o Conselho Seccional da OAB escolheu uma lista de peso.

Vai hoje

A lista sêxtupla da OAB para desembargador deverá aterrissar hoje na mesa do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior.

É esse o roteiro traçado pelo presidente da Ordem, Mário Macieira, em conversa com a coluna, no fim da semana passada.

E é exatamente isso que o comando da Corte está esperando.

OAB/MA define lista sêxtupla para vaga de desembargador do TJ

Ricardo Duailibe, Cláudio Pavão Santana, Magno Moraes, Riod Ayoub, Gilson Ramalho e Daniel Leite concorrerão à lista triplíce, a ser definida pelo pleno da Corte. **Política 3**

OAB escolhe lista sêxtupla para preenchimento de vaga de desembargador

Depois de sessão longa, 33 conselheiros escolheram Ricardo Duailibe, Cláudio Pavão Santana, Magno Moraes, Riod Ayoub, Gilson Ramalho e Daniel Leite

Carla Lima
Da editoria de Política

Escolhidos os seis advogados que disputarão as três vagas da segunda lista a ser definida pelo pleno do Tribunal de Justiça e consequente escolha do novo desembargador do Maranhão pela governadora Roseana Sarney. Em uma sessão longa, os conselheiros da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sabatinaram 18 candidatos e votaram em cédula assinada durante quatro vezes.

Durante quase seis horas, os 33 conselheiros com direito a voto na OAB ouviram as justificativas de cada advogado para querer ser desembargador e também as respostas aos questionamentos da sabatina feita pelos membros da comissão especial composta pelos advogados Ulisses Sousa, Pedro Duailibe, Ítalo Azevedo, Antônio Pedrosa e Anne Carole Fontenelle.

Os postulantes, durante três minutos cada um, apresentaram seus currículos profissionais e quais demandas consideraram importantes no exercício do cargo de desembargador. Após, os candidatos tiveram mais sete minutos para responder as perguntas da arguição. Nesta etapa, os temas mais comuns foram o papel do Conselho Nacional de Justiça na regulação do Judiciário brasileiro,



Ricardo Duailibe recebeu 31 votos, sendo seguido por Cláudio Pavão Santana, que obteve 26 votos



Magno Moraes foi o terceiro mais votado, com 23; Gilson Ramalho conseguiu 22 votos no total

Fotos/Biné Moraes

nepotismo, direitos humanos, normas internas do Tribunal de Justiça e, principalmente, as prerrogativas dos advogados.

Sem imprevistos, os 18 advogados cumpriram as regras e horários para o debate. Logo após a sabatina, os conselheiros iniciaram a votação.

Votação - Tiveram direito a voto os 30 conselheiros da OAB e ainda mais três membros honorários da ordem (ex-presidentes): o juiz eleitoral José Carlos Sousa Silva e os advogados José Antônio Almeida e Carlos Nina. Cada votante teve que escolher nas cédulas seis nomes entre os 18. Para ser incluído na lista sêxtupla, o candidato precisou receber, no mínimo, 17, que corresponde à metade dos votos mais um.

Logo na primeira votação - poderiam ocorrer até quatro votações - os seis nomes foram escolhidos. O advogado Ricardo Duailibe obteve 31 votos. Ele foi seguido por José Cláudio Pavão Santana com 26, José Magno Moraes com 23, Ríod Barbosa Ayoub com 22. Essa foi a mesma quantidade de votos de Gilson Ramalho de Lima. Fechando a lista sêxtupla, o advogado Daniel Farias Leite, que conseguiu 20 votos.

Segundo o presidente da OAB, Mário Macieira, o processo na OAB está finalizado. Hoje um ofício será encaminhado ao Tribunal de Justiça comunican-



Ríod Ayoub teve a mesma votação de Gilson Ramalho; Daniel Leite fechou a lista com 20 votos

“ O processo ocorreu com tranquilidade e transparência dentro do espírito democrático, sem imposição e autoritarismo”
Mário Macieira, presidente da OAB/MA

do a composição da lista. Pelo processo do Quinto Constitucional, o pleno do TJ escolherá três entre os seis candidatos. A sessão para escolher a lista tríplice deverá ocorrer dia 7 de agosto, na próxima sessão administrati-

va do tribunal.

Após formar a lista tríplice, o TJ encaminhará a relação para a governadora Roseana Sarney, que escolherá quem será o novo desembargador. Não há prazos para a escolha da governadora.

Mais

Além da vaga em aberto destinada ao Quinto Constitucional, o Tribunal de Justiça tem outra cadeira vazia que será preenchida pelo critério de merecimento no dia 24 de agosto. A eleição para o novo desembargador em substituição a Raimundo Nonato Souza, que se aposentou, deveria ter ocorrido ainda neste mês, no entanto, por falta de alimentação do sistema do Judiciário com as decisões dos magistrados que estão na disputa, o pleno do TJ decidiu deixar a eleição para a última sessão administrativa de agosto.

70 julgamentos serão realizados este mês em SL

Conselhos de Sentença das quatro varas do Tribunal do Júri da Capital começam a se reunir a partir de amanhã, no fórum

Com exceção dos fins de semana, em agosto haverá júri popular todos os dias no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Serão julgados 70 acusados de homicídio ou tentativa de homicídio. Os julgamentos ocorrerão nas quatro salas de sessões do Tribunal do Júri, no 1º andar do fórum, começando sempre às 8h30.

Na primeira sessão do mês, amanhã, 1º de agosto, no 3º Tribunal do Júri serão julgados os irmãos Raimundo e José do Nascimento Dutra, acusados de homicídio contra Daniel Castro Silva e Reinaldo Costa Cutrim. Já no 1º Tribunal do Júri, sentará no banco dos réus Antônio Francisco da Silva, denunciado pelo assassinato de Josué Salazar de Souza. Na sexta-feira (2), ocorrerá, no 2º e 4º Tribunais do Júri, respectivamente, o julgamento de Paulo Edson Mendonça Pereira e Geovane Trin-

dade Mendonça.

Serão submetidos ao júri popular também em agosto, no 1º Tribunal do Júri, Jersey Viana Oliveira (5); Valdemir Penna Mora, o *Mocinho* (7); Edney Conceição de Oliveira (9); Wallace de Sousa Rodrigues (13); Malyo Silva Araújo (14); Ramid Freitas Moreira (15); Valdecy Brandão Ramos, o *Tiloco* (19); Márcio Grego Alves da Silva, o *Buchada* (21); Maria Raimunda Silva Coelho (23); José da Paixão Araújo, o *Ribinha* (27); Manoel da Vera Cruz (28) e Daniel Pereira (29).

No 2º Tribunal do Júri, os réus a serem julgados são Everaldo Seguins Arouche (5); Ozael Costa Santos, Boaz Costa Santos e José Paulo Silva Santos Filho (7); Duvalteir Azevedo (9); os irmãos Gleycivan e Fabricio Gleydson Nascimento Silva (12); Antônio Carlos Lima da Silva (14); Antônio Costa Viana (16);

Jeferson Fábio Fonseca Anchieta, Denis César Araújo Dias e Cleber Carlos Colins Cunha (19); os irmãos Romerito e Fábio Leal Cantuário (21); Gledson Diniz da Silva (23); Jorlielson Chagas Martins e Josenilson Rocha Durans (26); Ubiratan Penha Cardoso (28) e Reginaldo Sousa Araújo (30).

Júri - Já no 3º Tribunal do Júri serão julgados Jozias Soares Silva (6); Constantino Pereira da Silva Filho (7); Elton Nonato Miranda Lima (8); Ezequias Moraes (13); Ana Gisele Pereira (14); Elesbão Lourenço de Araújo (15); Adalberto Lindoso dos Santos (20); Fábio Ricardo Chagas e Jonatha Rafael Pinto Furtado (21); Sérgio Moura dos Santos (22); Elesbão Abreu (27); Fernando da Silva Gomes (28) e Denilson Botelho da Silva (29).

O Conselho de Sentença do 4º Tribunal do Júri julgará José

Alan dos Santos Furtado, o *Zé Arlan* (5); Noenilson Laeston Velloso Lindoso (7); Wellington Soares Madeira (9); Izael Ferreira Silva (12); Carlos Elias Aguiar Costa (14); Antônio Santos Neto, Carlos Boaz Costa, Clemilson Sá dos Santos e Leandro Costa (15); Adriano Sodré Pinheiro (16); Fabrício Marques Pinheiro e Fábio Glaydson Teixeira Guilhon (19); os irmãos Jonny, Jimmy Ivanhoé e Jessé do Vale Sampaio, além de Railson Pimenta da Rocha (21); Jamilson Pereira (23); Antônio Nonato Arruda da Costa (26); Valrez Silva Coelho (27); Jadson Barros Costa (28) e Welderson Reis da Cunha (30).

O Tribunal do Júri tem competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Os magistrados presidem as sessões, mas o julgamento cabe à sociedade, por meio dos jurados que compõem o Conselho de Sentença.

Conselho Federal nega nome de Samir Murad para lista sêxtupla da OAB

O Tribunal Regional Federal negou ontem recurso do advogado Samir Murad, irmão de Jorge e Ricardo Murad e cunhado da governadora Roseana Sarney. Ele pretendia ter seu nome incluindo na lista sêxtupla da vaga reservada ao quinto da OAB.

Murad teve seu pleito barrado pelo Conselho Federal da entidade local por entender que se configurava em nepotismo e promiscuidade na relação Judiciário/Executivo se fosse, na escolha final, contemplado com a vaga pela cunhada governadora.

Na decisão, a Justiça Federal diz que “a nomeação de Desembargador por sua cunhada Governadora viola os princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade. Compromete, também, o sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), inerente ao princípio da separação de poderes, causando sérias distorções nas relações entre o Legislativo e o Judiciário daquele Estado-membro. Onde deveria haver separação, poderia haver “promiscuidade”; onde deveria haver controle recíproco, poderia haver conivência (*sic*)”.

A indicação de Samir Murad era uma questão de honra para o secretário de Saúde e irmão, Ricardo Murad. Ele fez inúmeras articulações den-



Advogado Samir Murad

tro e fora do Judiciário e não contou com a recusa e contra articulação do presidente da OAB seccional do Maranhão, Mário Macieira, também parente da governadora Roseana Sarney.

De 2011 até o presente momento, Ricardo Murad tem sofridos amargas derrotas consecutivas. A primeira o fez renunciar a disputa pela Presidência da Assembleia Legislativa para o atual presidente Arnaldo Melo.

Na segunda, o seu candidato à presidência da Famem, Zé Mário, também retirou a candidatura para não ser derrotado pelo ex-prefeito de Itapeturu, Júnior Marreca.

Mas de toda forma Ricardo Murad não pode reclamar da sorte. Comanda a pasta da Saúde desde 2009 que tem o maior volume de recursos do Orçamento do Estado.

TJMA

Produtividade de desembargadores cresce 6,36% em seis meses

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançaram 6,36% na produção de julgados nos primeiros seis meses de 2013, apesar do crescimento da demanda processual, que atingiu o percentual de 24% no período. Os dados são da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Judiciário (AGEM).

As estatísticas indicam que houve um aumento de mais de 630 processos julgados em relação a 2012. No primeiro semestre daquele ano, o Tribunal recebeu 9.094 processos e julgou 9.218. Em 2013, entraram 11.279 e foram julgados 9.850.

Para o coordenador do Nú-

cleo de Planejamento Estratégico (NPE), juiz Paulo de Assis Ribeiro, a produtividade dos desembargadores é considerável, comparada à progressão "alarmante" da demanda que, segundo as estatísticas, praticamente dobra a cada quatro anos.

Para o juiz, a produtividade deste ano foi prejudicada pelo não provimento da vaga de desembargador na 5ª Câmara Cível, que aguarda a indicação de candidatos à vaga do quinto constitucional pela Seccional da OAB. Segundo ele, a falta de um desembargador tem prejudicado a produtividade, tanto que a mencionada câmara teve uma diferença de um terço em rela-

ção à produtividade das demais.

A previsão é de que até o fim do ano o aumento na distribuição chegue a 30%, o que corresponde a mais de um terço em relação ao ano passado.

O aumento na distribuição preocupa a gestão do TJMA, a ponto de a presidência planejar a adoção de medidas para fazer frente ao crescimento da demanda, com o mesmo número de desembargadores de que dispões atualmente - 26.

A criação de uma Câmara de Direito Público está nos planos do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, para incrementar os resultados dos julgamentos.

"Temos o terceiro maior número de julgamento de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, entre os tribunais estaduais e o do Distrito Federal", afirma o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior.

Os dados constam em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes à Meta 18 do Judiciário, que tem como objetivo identificar e julgar - até 31 de dezembro de 2013 - as ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Empregão de 'rosca' (1)

A disputa pela vaga de desembargador no Tribunal de Justiça, aberta por lei estadual ainda em 2009, virou uma batalha jurídica, com repercussão política na OAB. Depois de rifar, via Conselho Federal e na Justiça, seguidas tentativas do advogado Samir Murad, cunhado de Roseana Sarney, a OAB-MA mostra aonde quer chegar, no arremate final da escolha.

Empregão de 'rosca' (2)

Depois de cinco anos, finalmente, a vaga de desembargador, pelo Quinto Constitucional, pode sair em breve. A lista sêxtupla saiu ontem, gerando imensa expectativa sobre a redução para tríplice no TJ, e depois a canetada de Roseana, que nomeia o desembargador. O empregão é o ápice da carreira jurídica estadual, por isso, virou a novela de enredo nepótico: "Cunhado é parente?"

Escolhida lista sêxtupla para vaga do TJMA

POLÍTICA 4

JUDICIÁRIO

OAB anuncia lista sêxtupla

Advogados são indicados para concorrer à vaga de desembargador no Tribunal de Justiça. Mário Macieira garante que processo ocorreu dentro da legalidade e não há possibilidade de nulidade

DIEGO EMIR

Terminou no final da noite a sessão que culminou com a formação da lista sêxtupla constitucional para o preenchimento da vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) destinada à Advocacia. Na ocasião, o Conselho Seccional sabatinou os candidatos e os conselheiros votaram nominalmente os advogados aptos a compor a lista.

No total, eram 18 concorrentes, dos quais foram eleitos: Ricardo Dualibe (31 votos), José Cláudio Pavão Santana (26 votos), José Magno Moraes (23 votos), Gilson Ramalho (22 votos), Riod Barbosa Ayoub (22 votos) e Daniel Leite (20 votos). Agora cabe ao Tribunal de Justiça do Maranhão escolher, dentre estes, três nomes e encaminhá-los para governadora Roseana Sarney (PMDB) nomear um.

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, informa que "tudo ocorreu na maior tranquilidade e dentro da legalidade, não existindo a possibilidade de impugnação". Ele ainda explicou que agora cabe ao Tribunal de Justiça conceder agilidade ao processo.

Na sabatina que ocorreu, os candidatos sortearam um membro da comissão designada pelo Conselho Seccional para ser arguido. A comissão foi composta pelos advogados Ulisses Sousa, Pedro Dualibe, Ítalo Azevedo, Antônio Pedrosa e Anne Carole Fontenelle.

Após a sabatina, os conselheiros da OAB/MA fizeram a votação nominal em cédula para posterior apuração identificada. Apu-



GILSON TEIXEIRA/O IMPÍDAPRESS

Presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, será o responsável por dar continuidade no processo que deve escolher três nomes

rados os votos para cada um dos candidatos, foi formulada a lista sêxtupla que, por sua vez, deverá ser encaminhada ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, que designará sessão para o plenário do TJ escolher a lista tríplice a ser encaminhada à governadora Roseana Sarney que escolherá o desembargador.

Quinto Constitucional

O Quinto Constitucional é previsto no artigo 94 da Consti-

tuição da República Federativa do Brasil, sendo um dispositivo que prevê que 1/5 (um quinto) dos membros de determinados tribunais brasileiros - sendo Tribunais de Justiça estaduais, do Distrito Federal, dos Regionais (TRF, TST, TRT) - sejam compostos por advogados e membros do Ministério Público. Para tanto, os candidatos integrantes tanto do Ministério Público, quanto da OAB, precisam ter, no mínimo, dez anos de carreira ("exercício profissional", no caso dos advo-

gados), notório saber jurídico e reputação ilibada.

» Advogados escolhidos

Ricardo Dualibe (31 votos)
José Cláudio Pavão Santana (26 votos)
José Magno Moraes (23 votos)
Gilson Ramalho (22 votos)
Riod Barbosa Ayoub (22 votos)
Daniel Leite (20 votos)

Defensoria obtém suspensão de despejo na Vila Cafeteira

Pág - 7

Em São Luís

Defensoria obtém suspensão de despejo na Vila Cafeteira

A Defensoria Pública do Estado (DPE), através do Núcleo de Moradia, obteve, esta semana, a suspensão do despejo de dezenas de famílias do Residencial Renascer, na região da Vila Cafeteira, no município de Paço do Lumiar.

A operação de reintegração de posse, marcada esta quarta-feira (31), deixará de ocorrer por decisão liminar

concedida pelo desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, em ação de mandado de segurança impetrada por moradores da localidade contra ato da juíza da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, Jaqueline Caracas.

Na ação, a DPE pede, como medida liminar, a suspensão do processo e a declaração da nulidade de todos os atos judiciais pratica-

dos pela magistrada, após a morte do autor do pedido de reintegração de posse, ocorrida em agosto do ano passado. Segundo a defesa dos moradores, depois do falecimento, o processo deveria permanecer suspenso, enquanto não habilitados os herdeiros, mas, no entanto, foram praticados atos, inclusive em nome do falecido, por meio de seu advogado.

No mérito, a Defensoria requer a extinção do processo da reintegração de posse, pois, embora intimado em abril deste ano, o advogado do falecido, até então, não habilitou os herdeiros.

Acompanham o caso os defensores públicos Alberto Guilherme Tavares, do Núcleo de Moradia, e Marta Xavier, do Núcleo Regional de Paço do Lumiar.

Judiciário e SES debatem situação de presos com transtornos mentais

A complicada situação dos presos com transtornos mentais em tratamento na Clínica Nina Rodrigues foi tema de conversa na segunda-feira (29), entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha; o desembargador Fróz Sobrinho, presidente da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão; o secretário-adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, José Márcio Leite; o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz; o coordenador Executivo da Unidade de Monitoramento do TJMA, Ariston Apoliano; e o assessor Jurídico da SES, Aurélio Azevedo.

De acordo com o secretário-adjunto José Leite e o diretor do Nina Rodrigues, Ruy Cruz, muitos dos presos que estão na clínica estão com a documentação incompleta. “Precisamos das guias de internação, dos documentos que são necessários para que eles tenham o tratamento, por tempo determinado e, depois disso, a Justiça determinar para onde ele irá”, argumentou Ruy Cruz ao corregedor Cleones Cunha.

“Essa questão da guia de internação e da documentação já foi recomendada aos magistrados em ofícios assinados por mim! Farei essa recomendação novamente e caso isso continue a ocorrer, teremos que tomar medidas de punição”, declarou o corregedor Cleones Cunha, cuja decisão foi apoiada pelo desembargador Fróz Sobrinho. “A Unidade de Monitoramento Carcerário já se adiantou e fez o levantamento dos processos, dos casos dos presos que estão no Nina Rodrigues para que possa-

mos cobrar essa documentação”, completou o desembargador, ressaltando a importância de uma comunicação mais efetiva entre a diretoria da Clínica Nina Rodrigues e a Unidade de Monitoramento Carcerário.

Problema social – Para o corregedor, a situação complicada é um problema social. “Temos um problema social sério. Os doentes mentais que praticam os atos criminosos não podem ficar nos presídios e o Estado tem que assumir a responsabilidade na internação. O Nina Rodrigues não é específico para isso, mas tem que assumir porque é a única estrutura existente no Maranhão”, afirmou Cleones Cunha.

Segundo ele e o desembargador Fróz Sobrinho, deveria haver cobrança dos executivos municipais na estruturação dos CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, que poderiam dar continuidade e acompanhamento aos doentes mentais que cometeram crimes. “Essa estrutura precisa dar conta do atendimento aos doentes mentais após a internação”, ressaltou o corregedor.

O secretário-adjunto da SES, José Márcio Leite, informou os desembargadores que um espaço amplo que ampliará em 40 leitos, aproximadamente, a capacidade do Nina Rodrigues, que deverá ser específico para o atendimento aos doentes mentais encaminhados pela Justiça Criminal. Além disso, a SES está se preparando para assumir a coordenação do posto de saúde da Penitenciária de Pedrinhas. “Com isso, podemos melhorar muito assistência aos apenados com transtornos mentais”, disse.

Produtividade dos desembargadores do TJMA cresce 6,36% em seis meses

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) avançaram 6,36% na produção de julgados nos primeiros seis meses de 2013, apesar do crescimento da demanda processual, que atingiu o percentual de 24% no período. Os dados são da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Judiciário (AGEM).

As estatísticas indicam que houve um aumento de mais de 630 processos julgados em relação a 2012. No primeiro semestre daquele ano, o Tribunal recebeu 9.094 processos e julgou 9.218. Em 2013, entraram 11.279 e foram julgados 9.850.

Para o coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE), juiz Paulo de Assis Ribeiro, a produtividade dos desembargadores é considerável, comparada à progressão "alarmante" da demanda que, segundo as estatísticas, praticamente dobra a cada quatro anos.

"A esfera do Judiciário manteve-se produtiva como um todo, pois essa grande massa de processos é oriunda de ações do 1º grau, traduzindo sua maior movimentação. Aliada ao crescente número de julgados no 2º grau representa uma resposta positiva em relação

ao aumento do fluxo de processos", afirma Assis.

Para o juiz, a produtividade deste ano foi prejudicada pelo não provimento da vaga de desembargador na 5ª Câmara Cível, que aguarda a indicação de candidatos à vaga do quinto constitucional pela Seccional da OAB. Segundo ele, a falta de um desembargador tem prejudicado a produtividade, tanto que a mencionada câmara teve uma diferença de um terço em relação à produtividade das demais.

A previsão é de que até o fim do ano o aumento na distribuição chegue a 30%, o que corresponde a mais de um terço em relação ao ano passado.

"Somos eficientes e efetivos, mas o crescimento da distribuição está sufocando. Quanto mais se trabalha, mais trabalho se tem. Não sei de outro tribunal que tenha um acréscimo tão grande, em tão pouco tempo", comenta o magistrado.

O aumento na distribuição preocupa a gestão do TJMA, a ponto de a presidência planejar a adoção de medidas para fazer frente ao crescimento da demanda, com o mesmo número de desembargadores de que dispõe atualmente – 26.

A criação de uma Câmara de Direito Público está nos planos do presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, para incrementar os resultados dos julgamentos. "Temos o terceiro maior número de julgamento de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídos até o final de 2011, entre os tribunais estaduais e o do Distrito Federal", afirma o presidente do TJMA, Guerreiro Júnior.

Os dados constam em relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes à Meta 18 do Judiciário, que tem como objetivo identificar e julgar – até 31 de dezembro de 2013 – as ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

Produtividade – A produtividade dos magistrados também tende a crescer no final do ano, uma vez que o julgamento do acervo antigo – processos que deram entrada nos últimos dois anos – já estará sendo finalizado e a maioria dos desembargadores vai se dedicar apenas ao julgamento de processos novos.

O segundo levantamento par-

cial da produtividade nas unidades judiciais e administrativas do Judiciário será divulgado nos próximos dias, incluindo os dados do primeiro semestre, para que os servidores e magistrados acompanhem o seu rendimento e se preparem para a totalização da apuração do ano. Até o final de setembro, acredita-se que o aumento da produtividade dos desembargadores chegue a 10%.

Entre os fatores que impulsionam os julgamentos estão algumas medidas administrativas adotadas pela gestão, como a instalação de novas comarcas e varas no Estado; a convocação de concursados e os investimentos na informatização dos serviços. A qualificação do pessoal de gabinete, boa parte recrutada por teste seletivo interno de admissão de assessor jurídico, também tem contribuído para avançar os trabalhos, na avaliação do magistrado.

Está em fase de implantação no TJMA o Processo Judicial Eletrônico, que irá reduzir o trabalho burocrático nas secretarias judiciais e repercutirá na carga de trabalho do magistrado, exigindo um esforço extra para a conclusão dos processos.

Sejap divulga programação da Semana do Encarcerado

A “Importância da assistência jurídica no processo de reinserção social” será o tema da 14ª Semana do Encarcerado, a ser realizada de 13 a 26 de agosto, em São Luís; e de 2 e 22 de setembro nas unidades prisionais do interior do estado. A programação do evento foi divulgada ontem (30), pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), através da Secretaria-adjunta de Justiça, durante reunião de diretores das unidades prisionais e coordenadores das Assistências à Saúde, Educação, Trabalho e Renda, Religiosa, Jurídica e Social, realizada no auditório da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

A abertura da semana está programada para o dia 13 de agosto, às 8h30, no auditório da Casa Civil, e contará com a participação de representantes do Tribunal de Justiça, 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais, Defensoria Pública Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Ministério Público Estadual, Universidade Federal do Maranhão, Secretarias do Trabalho e Economia Solidária e de Segurança Pública.

Na ocasião, haverá apre-

sentações dos corais do Centro de Detenção Provisória (CDP) e do Presídio Feminino, além de exposições de quadros e peças artesanais produzidas pelos internos.

Após a solenidade de abertura, a programação terá continuidade nas unidades penais com atividades de lazer, esporte, saúde, assistência social e jurídica, cadastramento no Sistema Nacional de Emprego (Sine), realização de cultos ecumênicos e aconselhamentos religiosos.

De acordo com o secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso o evento irá propor ações concretas voltadas para a ressocialização. “Vamos realizar esta Semana não somente com palestras, mas principalmente, apresentando propostas que possam concretamente promover o resgate, a dignidade e a valorização do interno”.

O secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, afirmou que o compromisso da secretaria é com a ressocialização dos encarcerados. Para isso, ele considera importante que diretores de unidades e coordenadores de assistências trabalhem juntos.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 55/2013
Processo n° 21.080/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a SUSPENSÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO), por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, por intermédio de agência de viagens, destinadas à utilização por membros, servidores, colaboradores eventuais e demais pessoas autorizadas, no regular cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 07/08/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília) está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 31 de julho de 2013
Allyson Frank Gouveia Costa
Pregoeiro TJ/MA